

Considerações acerca dos reflexos de identidade transmitidos através do português brasileiro¹

Considerations about the reflections of identity transmitted through the Brazilian Portuguese

Juliana Paiva Santiago*

Resumo: Este trabalho tenciona debater alguns dos aspectos que compõem as identidades e as crenças refletidas através do Português Brasileiro, uma língua que traz consigo valores próprios de uma sociedade que outrora fora colônia de exploração e hoje, no florescer do século XXI, ganha espaço e importância em termos políticos, no contexto econômico, bem como na esfera de ensino-aprendizagem ao redor do mundo. O Português Brasileiro é reflexo das múltiplas etnias e culturas provenientes da esfera histórica do Brasil no passado e que, ao longo do tempo, construiu uma forte identidade em torno de sua nação e sua cultura, o que reverberou mundialmente, despertando a identificação das outras nações para com as representações brasileiras, e gerando, assim, um interesse pela língua, como artefato de poder, cultura e identidade, e pelo que é solidificado através dela: discurso de exotismo, liberdade e força frente às diversidades de um passado opressor. Para tal debate, visamos revisitar conceitos de identidade coletiva e nacional, identificação, representações culturais, o contexto do Ensino-aprendizagem do Português Brasileiro de modo a estabelecer uma reflexão acerca da imagem transmitida através de uma língua que se fortalece

¹ Parte deste artigo compõe a dissertação da autora.

* Universidade Federal do Ceará.

exponencialmente como língua estrangeira e L2 na interação dentro e fora de seu território de origem.

Palavras-Chave: Identidade. Nacionalidade. Português Brasileiro. Representação. Cultura.

Abstract: This paper intends to discuss some of the aspects that make up the identities and beliefs reflected through Brazilian Portuguese, a language that brings with it values of a society that was once a colony of exploration and today, in the flourishing of the 21st century, gains space and importance in In the economic context, as well as in the sphere of teaching - learning around the world. Brazilian Portuguese is a reflection of the multiple ethnicities and cultures that came from the historical sphere of Brazil in the past and which, over time, built a strong identity around its nation and its culture, which reverberated worldwide, arousing the identification of other nations And thus generating an interest in language as an artifact of power, culture and identity, and through what is solidified through it: discourse of exoticism, freedom and strength in the face of the diversities of an oppressive past. For this debate, we intend to revisit concepts of identity, identification, representations of Brazil, the context of Teaching-learning of Brazilian Portuguese so as to establish a reflection about the image transmitted through a language that is strengthened exponentially as a foreign language and L2 in the interaction within and outside its territory of origin.

Keywords: Identity. Nationality. Brazilian Portuguese. Representation. Culture.

Introdução

Há pouco mais de uma década, imaginar o Português Brasileiro como uma língua passível de algum prestígio e de representação cultural e econômica em contexto mundial era algo sem a menor viabilidade. Haja vista a situação econômica apresentada pelo Brasil há não muito tempo, bem como sua dívida externa, o Português Brasileiro (PB) pouco se apresentava como uma alternativa de língua a ser aprendida no exterior, e ainda menos como opção de investimento de universidades à implantação de cursos fora do Brasil.

Eis que no século XXI a surpresa: o Brasil logra êxito no Mercosul, ocupando o posto de sétima economia mundial. Adquire, com isso, voz no cenário político, econômico e social na América Latina e no mundo, o que, inevitavelmente, reverbera em novas e, agora, empreendedoras estratégias no que concerne às políticas e planejamento linguístico do Português Brasileiro.

Em 1997, criou-se o Grupo de Trabalho sobre Políticas Linguísticas do Mercosul Educativo (GTPL). Este grupo seria o responsável pelas decisões de difusão das duas línguas oficiais do Mercosul – espanhol e português (SAVEDRA, 2008, p. 116). Ainda em 1997, na reunião ocorrida em Montevidéu, defendeu-se a educação plurilíngue nos dois idiomas e em suas variantes. Em 2000, o foco das decisões foi voltado para a formação de professores e para a implantação dos certificados de proficiência nas referidas línguas.

Apesar de nem todas as medidas propostas pelo GTPL terem logrado êxito na sua implantação efetiva, alguns projetos bem-sucedidos se destacam pela eficiência com a qual vem atuando em prol do Português Brasileiro²², como, por exemplo, as escolas bilíngues localizadas nas fronteiras entre Brasil e Argentina (2004); a criação de um comitê para a produção de materiais didáticos que promovam os direitos humanos no Mercosul educacional também já atua no estabelecimento de políticas educativas que promovem a cidadania e respeito aos direitos humanos e meio ambiente, dentre outras questões.

Além dessas ações manifestadas no plano educacional, vemos outras medidas políticas em termos de oficialidade linguística do Português nos países fronteiriços. Um exemplo disso foi o acordo firmado entre o Brasil e a Argentina para tornar o Português língua oficial em território argentino.

No Uruguai, o Português já se mostra o idioma estrangeiro que mais tem interessado os jovens do ensino público (ao lado do inglês). Na Venezuela, há a possibilidade concreta de o Português estabelecer-se como língua oficial e no Paraguai, de acordo com o Ministério da Educação Paraguaio, 76 escolas já oferecem o português como língua estrangeira na educação média, além de já contarem com o curso de licenciatura em Português na Universidade Nacional de Assunção.

Outro ponto em comum sobre a implantação do Português em território de fronteira é que, em todos os países supracitados, há projetos de implantação do idioma como opção de língua estrangeira, pelo menos, nas

²² Neste artigo nos aterremos a relatar os logros obtidos na implantação do Português Brasileiro, embora o GTPL também advogue pela difusão e implementação da língua espanhola através de cursos e projetos em nível de Mercosul.

escolas secundárias e projetos de cursos de formação de professores (SAVEDRA, 2008, p. 118-119).

É fato consumado que todas as línguas carregam consigo a carga histórica e cultural da sociedade na qual se desenvolveram, e é inviável pensá-las dissociada a estes fatores. Assim, quando se sujeita um país, uma instituição ou um indivíduo a uma nova língua, esses também estão automaticamente expostos aos fatores históricos e culturais daquela língua. Sob essa perspectiva, o Português Brasileiro vem ocupando espaço no cenário global.

Atualmente, estima-se, ainda que imprecisamente, que 70 milhões de falantes ao redor do mundo adquiriram o português como segunda língua ou língua estrangeira (ALMEIDA FILHO, 2011, p. 47). Tal interesse, conforme supracitado, deve-se ao crescimento econômico brasileiro, contudo, há outros fatores que devem ser levados em consideração e que corroboram no aprendizado rápido de uma língua, tais como afetividade e identificação cultural.

Stuart Hall (2000, p. 62 apud CAVALLARI, 2011, p.131) acredita que “As identificações são os mecanismos pelos quais são construídas as identidades que, fragmentadas, estão em constante movimento”. Essa afirmação nos leva a crer que, embora haja grande influência do Mercosul, da posição econômica e geopolítica conquistada pelo Brasil atualmente, o fato de termos o Português em evidência nas Políticas e Planejamentos linguísticos atuais também se deve à grande empatia cultural mundial em direção às representações de brasiliade que são difundidas no exterior.

Almeida Filho (2011, p. 41) caracteriza a sociedade brasileira como uma sociedade “em fluxo, otimista, diversa e desequilibrada em alguns aspectos. Essa alegria de viver, as diferenças e desajustes estão presentes em todo o território nacional e estão refletidos na linguagem do PB”. O autor fala da *representação da brasiliade* como um sentimento comum compartilhado por todos os brasileiros.

Esse aspecto seria o responsável pelo fator afetivo, traço tido como essencial na aquisição-aprendizagem de um novo idioma, pois é subsidiado pelos aspectos de identificação, acima conceituado por Hall (2000).

Dentre as recentes ocorrências nas quais fica evidente essa identificação, podemos citar a criação da CPLP, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em 1996, na cidade de Lisboa. Para Cahen (2010) chama-lhe a atenção o contexto no qual foi criada a CPLP, a começar por não haver sido chamada de organização, como a ONU ou a OUA, e, ao invés de anunciar sua criação, sua institucionalização emergiu, com discursos de portugueses e brasileiros – porém não de africanos – formalizando uma suposta *ligação fraternal secular* entre países lusófonos, discurso este inaceitável para os países africanos.

Não obstante, Portugal, devido aos anos de colonização marcados pela exploração, opressão e aculturação parcial dos povos colonizados, carrega consigo o rancor advindo das nações africanas por difundir o atual discurso fraternal da CPLP, enquanto o Brasil, embora compactue do mesmo discurso de oficialidade, mantém a empatia africana por haver sofrido o mesmo processo histórico de colonização ainda assim ter conseguido marcar sua identidade sobre e além da língua e da cultura do explorador (CAHEN, 2010).

A identificação dos países africanos com o Brasil é latente, haja vista eles terem o mesmo passado como colônia de exploração pertencente a Portugal. E, na criação da CPLP, foi notório o rancor gerado por Portugal e não compartilhado com o Brasil. Cahen (2010) afirma que a língua tem efeitos identitários, mas que não funda a identidade de grupos sociais em um determinado território. Assim que, partindo dessa perspectiva, a língua seria o espelho através do qual se reflete toda história e cultura da sociedade que a usa, assim como o fará com quem a adere, seja como língua estrangeira, como segunda língua etc.

Conforme advoga Barrios (2008, p. 80) “Ao mudar os parâmetros que regem as definições econômicas, políticas e culturais, são também outros os requerimentos que se estabelecem em relação à linguagem [...]. Quiçá, então, seja esse mais um ponto de convergência entre países africanos e o Brasil: parâmetros de ex-colonizados que buscam livrar-se dos estigmas históricos por

meio do progresso econômico e da autoafirmação legitimada através das respectivas variantes da língua portuguesa desses países.

Outro caso atual no qual há a presença do Português Brasileiro é o caso de Timor-Leste. Após a invasão indonésia, o governo timorense decretou, em 2002, o Português como uma das línguas oficiais (juntamente ao *tétum*), o que para eles, representava um instrumento de resistência frente à opressão da Indonésia. É válido salientar que hoje, o Brasil exporta boa parte dos professores de língua portuguesa para cumprir com a implementação desse idioma no Timor-Leste. Naturalmente, há nesse interesse por professores brasileiros o implícito interesse, também, pelo Português falado no Brasil, afinal, há o passado de colônia que, mais uma vez, está presente como ponto de convergência e identificação.

Eventualmente, há empatia global pela representação do Brasil no mundo. Conforme define Bezerra de Meneses (1987, p. 183), “identificação é o processo de construção de imagem; por isso, terreno propício a manipulações”. Portanto, embora haja acolhimento das nações fronteiriças e das africanas para com o Português Brasileiro nas ações de implementações linguísticas, não se pode negar que parte desse sentimento fraternal que lhe é destinado, advém das representações da brasilidade que são exportadas.

Nacionalidade Padronizada e Representações

“O amor à pátria, o ódio às pátrias
O sr. K. não achava necessário viver num determinado
país. Ele dizia: “Posso passar fome em todo lugar”. Mas
um dia passou por uma cidade que era ocupada pelo
inimigo do país no qual vivia. Então cruzou com um
oficial do inimigo, que o obrigou a descer da calçada. O
sr. K. desceu, e notou que estava aborrecido com esse
homem, e não apenas com ele, mas sobretudo com o
país ao qual ele pertencia, de modo que desejou que
esse país desaparecesse da face da Terra. “Por que me
tornei um nacionalista por um minuto?”, perguntou o sr.
K. “Por ter cruzado com um nacionalista. É por isso que
se deve eliminar a estupidez, porque ela torna estúpido
aquele com quem cruza.”

(Histórias do sr. Keuner, de Bertolt Brecht)

Falar de nacionalidade implica trazer as ideias de unidade e homogeneização, mais pela força da tradição do que propriamente por ser um pensamento contemporâneo que não passou por um processo de revisão de conceito. A realidade é que, embora a definição do termo *nacionalidade* tenha sofrido e sofra constantes mudanças, uma vez que se trata de um conceito que engloba identidade, economia, sociedade, representações, língua entre outras importantes variáveis que estão em contínuo processo de fluidez e adequando-se frequentemente às novas demandas, quando se pensa em Nação, como requisito da Nacionalidade, o conceito parte para um imaginário coletivo que pouco diverge com o passar dos anos.

De acordo com Anderson (1983, p.15) uma Nação se define como uma *comunidade imaginada* composta por membros que, ainda que nunca venham a se conhecer, compartilham entre si a ideia de coparticipação. Para ser designada como tal, ele acrescenta que a Nação deve contemplar três componentes: estarem *limitadas* territorialmente; serem *soberanas* em suas decisões políticas e seu desejo de liberdade; e, finalmente, estabelecer-se como uma *comunidade*, o que implica o sentimento de cooperação e ideal de fraternidade entre as pessoas daquela localidade.

Com base nesse conceito, a tendência a unificar ideias e metas em torno de uma padronização dos elementos que representam interna e externamente a Nação e a sociedade é constante, e a língua portuguesa tampouco se isenta dessa tentativa de preservação de identidade por meio de uma representação fechada e padronizada.

Como exemplo prático onde se reflete a ideia de padronização da cultura nacional e até mesmo exclusora da pluralidade, Almeida Filho (2011, p. 43) cita os materiais didáticos de PLE, nos quais encontram-se facilmente uma linguagem normatizada e homogênea, que não leva em conta a diversidade linguística e cultural existente no Brasil.

Além disso, Almeida e Campos Almeida (2011, p. 164) refletem sobre a normatização como intrinsecamente resultante das forças políticas e sociais e, assim sendo, haveria uma manipulação da norma linguística para a constituição de uma homogeneização linguística com profundas intervenções nos processos identitários.

Procura-se normalizar uma norma linguística de determinado grupo o que, norteada por um julgamento subjetivo é apontada não só como um conjunto de formas linguísticas, mas também como um agregador de valores socioculturais articulados com aquela forma (FARACO, 2002, p. 167).

Em outras palavras, ao optar por forças políticas atuantes em favor da padronização e no intuito de configurar uma imagem positiva do Brasil, há uma tendência a privilegiar o falar das elites, ou seja, o falar tido como culto, em detrimento de apresentar, também, as variantes que se instauram no Brasil e que exercem relevante contribuição na formação do Português Brasileiro.

Portanto, se essa padronização elitizada, representante do falar de uma minoria econômica e social brasileira, persistir sem que existam ações capazes de integrar a diversidade linguística na educação linguística nacional, haverá fortes tendências futuras a se colher prejuízos identitários internos. Afinal, a formação da imagem do falar homogêneo advindo do Brasil poderá suscitar nas mentes dos autóctones, cuja fala não se assemelha à padronizada, o pensamento de que a imagem exportada do Português Brasileiro não representa a maioria deles do Brasil, e sim um ideal de fala *pura* vislumbrado pelas elites e que, provavelmente, sequer representa algum falante real.

Entretanto, há posicionamentos que se mesclam entre o tradicional e a abertura para uma reelaboração do conceito de nacionalidade, tais como o de Ruben (1987, p. 41) que traduz nacionalidade em “unificar processos econômicos, línguas, costumes e em desfazer as fronteiras do diverso, sem que isto implicasse fazer o mesmo com as fronteiras da desigualdade”.

Romaine (1995) entende que existe a heterogeneidade linguística até mesmo em comunidades monolíngues, uma vez que se considera inevitável a existência de variáveis regionais e estilísticas dentro da língua.

Cabe aqui, refletir sobre a diversidade linguística herdada ao longo da história da formação do Português Brasileiro, uma língua que, ao longo de seu processo, recebera influências indígenas, africanas, europeias e latinas em sua estrutura sintática e lexical bem como em aspectos culturais. Ademais, conta-se com as diferenças regionais de entonações, expressões, traços suprasegmentais presentes em território nacional que fazem com que este Português Brasileiro em si não seja uma língua homogênea. Seria, então,

ilusão pensar no PB em si mesmo, como uma língua pura no sentido que ilusoriamente quer difundir-se atrelada à ideia de homogeneização de uma Nação.

Além disso, é necessário pensar no Português enquanto língua em constante expansão, que está paulatinamente sendo aderida por outros sujeitos pertencentes a outras culturas e que, logo, suas marcas culturais e identitárias estarão impressas através do Português, assim como sempre ocorreu nos processos de transformação das línguas.

Como outro importante ponto a se refletir, devemos ter em relevante consideração a existência de outras línguas em território nacional, as ditas ‘minoritárias’. As línguas indígenas (presentes especialmente no norte do Brasil) e as línguas europeias faladas por comunidades ao sul do país são exemplos de línguas que, embora não estejam presentes em todos os setores das próprias comunidades na quais são faladas, e seus falantes tenham também o Português como língua veicular, pensar em uma Nação cuja política advogue pela preservação e o respeito por essas línguas, é intervir favoravelmente pela preservação da identidade cultural e linguística brasileira. Além disso, preservar uma comunidade bilíngue é conservar um patrimônio linguístico e identitário do qual o próprio Português Brasileiro se beneficia ao longo de sua formação contínua, colhendo e incorporando influências oriundas da interação com as mais diversas línguas e culturas.

Pensando em como as línguas se difundem através das práticas linguísticas, Barrios (2008, p. 80) considera que “representações e práticas linguísticas estão estreitamente vinculadas com questões político-linguísticas em uma dialética de mútua dependência e retroalimentação”.

Cunha (1986) e Cardoso de Oliveira (1968) dizem que a formação de identidade ocorre pelo contraste, ou seja, “através da construção de imagens ou representações coletivas constitutivas de um ‘nós’ a partir do olhar em direção a ‘outros’”. A esse respeito, Lourdes Miquel (2005 apud HUELVA UNTERNBÄUMEN p. 20, 2015) faz uma observação imprescindível para que isso ocorra:

Os membros de uma cultura geralmente não são conscientes de sua relatividade, e sem relatividade, sem a oportunidade de ter perspectiva, um ponto de comparação, não conhecem realmente a especificidade da própria cultura.

Este desconhecimento pode ocasionar que um indivíduo, pelo fato de estar imerso em uma única cultura, tenda a postular uma universalidade e uma normalidade inquestionáveis de seus comportamentos, valores, hábitos, formas de vida, e tenda a julgar como anômalos aqueles que não são próprios ou, no pior dos casos, a rejeitá-los e combatê-los.

De fato, a formação da identidade pressupõe a existência de uma alteridade. Para ter consciência, por exemplo, do grau de intimidade que o brasileiro costumeiramente toma de forma rápida nas interações sociais, da velocidade da fala brasileira, dos aspectos que nos provocam estranhamento, precisamos partir de referências outras, de culturas outras. No caso da ausência dessas referências, partir-se-á do pressuposto ilegítimo da neutralidade e homogeneidade cultural e linguística da Nação.

Almeida e Campos Almeida (2011) atuantes na quebra do discurso de homogeneização, falam no *Movimento de Desconstrução do Sistema de Referência*. Esse movimento atua no sentido da desconstrução de significados culturais socialmente arraigados em determinadas comunidades, ao confrontar a normatização que hermetiza a língua e cria o mito da homogeneização. Sua intervenção possibilita o foco em outras formas de fala expressadas em contextos de uso real da língua que são, no entanto, colocadas aquém da ordem ideologicamente instaurada através da língua.

Almeida e Campos Almeida (2011) a partir de resultados de experimentos, afirmam a ausência de divisão dicotômica entre usuários bialectais e que há, sim, casos de alternância dialetal em função de contextos interacionais. Os autores afirmam haver uma espécie de *deslocamento híbrido* entre os dialetos, de modo a não haver ruptura de um em detrimento do outro, mas uma negociação mútua entre ambos, na qual, de acordo com o jogo de poder, político e identitário, elementos que poderão se sobrepor a elementos do outro dialeto. Em outras palavras, o mesmo falante pode passar, na mesma situação comunicativa, de uma norma padrão a outra mais informal, sem, no

entanto, desconfigurar o gênero adotado, nem tampouco deixar de fazer-se entender. Através dessa constatação, é possível vislumbrar ainda mais uma ideia de nacionalidade oriunda não da padronização, mas da negociação e da legitimação da existência de todas as influências que permeiam o Português Brasileiro, visando assim a ponderação necessária à interação de modo a preservar os falantes autóctones falantes de qualquer variante do Português, o que explicaria o uso de um dialeto tido como desprestigiado por uma elite, contudo, provido de pleno poder e em vigor para estabelecer uma comunicação eficaz com uma maioria de falantes com pouca escolaridade.

Faz-se necessário pensar a Nacionalidade como um conceito abrangente e que contemple da forma mais abrangente possível à diversidade da sociedade real e seus reflexos culturais, e não impor um conceito baseado em um padrão ideal, existente apenas no imaginário das elites.

Identidade Nacional e Identidade Coletiva

Quanto às identidades refletidas através da língua, seria redundante afirmar uma vez mais sua multiplicidade e o quanto o advento da globalização e da atual escala progressiva de difusão do Português Brasileiro Todos esses fatores corroboram para que haja cada vez mais reconfigurações sobre essa língua já genuinamente tão plural.

Cada nova comunidade que adere ao Português Brasileiro tende a deixar uma marca. É fato, porém, conforme se posicionam Almeida e Campos Almeida (2011), que a consciência de uma exclusão pelo falar o predispõe o falante (ou a comunidade) a uma necessidade de tornar-se diferente (afastar-se da sua identidade) para não ser diferente (ser aceito no grupo). Tal argumento explica porque tantos estudiosos almejam uma expressão oral com sotaque *nativo*.

A categoria diferença constitui uma forte referência para marcar os conceitos de maioria e minoria nas relações sociais de classes em qualquer época, seja no processo civilizatório de imposição de uma cultura sobre outra, num microcosmo de segmento social (família) ou em grupos de uma mesma comunidade cultural (ALMEIDA e CAMPOS ALMEIDA, 2011, p. 156).

Assim, o novo falante do Português Brasileiro, bem como ocorre no processo de aprendizagem de outras línguas, poderá pleitear uma consciência cultural ao passo que aprende o novo idioma para desenvolver habilidades que vão além da aquisição gramatical, em outras palavras, o aprendiz de PB buscará o conhecimento mínimo da cultura da língua-alvo (PB) para que, durante a interação com falantes autóctones, o fator de diferença e estrangeirismo não seja identificado como um ponto que separa os interlocutores.

Cavallari (2011, p. 131) afirma que: “É por meio das práticas discursivas que se constroem as identidades que são diferentes das demais, lembrando que o sujeito se reconhece em múltiplas identidades, conforme a posição discursiva que ocupa”. É possível, então, reconhecermos no PB uma mescla de discursos culturais que vai além das questões formais da língua, e refletem, pragmaticamente, a pluralidade historicamente erguida com a língua e pela língua.

Atualmente, essa fase que trafega entre o desejo de imersão na cultura do outro e de manutenção da sua identidade, nos traz a pertinente discussão provocada pelos processos de globalização: até que ponto a existência de uma Identidade Coletiva, gerada pela ideia de comunidade global interfere na manutenção de uma identidade nacional?

Para Brandão (1986, p. 47), “identidade social é uma categoria de atribuição de significados específicos a tipos de pessoas em relação umas com as outras”. Nesse contexto, Hall (2000) afirma que: “as identidades são edificadas através das diferenças, ou seja, através da relação com o outro”.

A partir da observação do papel do outro na formação identitária de uma sociedade, pensar em uma identidade nacional não só é viável como faz-se impensável conceber a ideia de Nação dissociada à ideia de Identidade Nacional.

A ideia de Identidade Coletiva está associada à tendência crescente de pensar o contexto mundial como uma grande comunidade global, e nesse sentido, visa-se a diversidade cultural, heterogeneidade e diversidade linguística. Em contrapartida, o conceito de Identidade Nacional como a defesa

da homogeneidade e monocultura é abertamente negado pela visão globalizada.

Porém, Identidade Coletiva e Identidade Nacional são ideias presentes na sociedade mundial que podem conviver em perfeita harmonia sem que uma exclua as ideias da outra. Para isso, Identidade nacional, conforme refletido por Touraine (1996, p. 232) “precisaria intervir com a defesa de um nacionalismo a serviço de um projeto de desenvolvimento econômico, indiscriminadamente voltado para uma economia globalizada”.

Desse modo, conclui-se que o que é combatido tanto pela globalização como pela Identidade Coletiva é a ideia ortodoxa de nacionalismo em defesa da padronização, homogeneidade, e políticas *top-down* em detrimento do reconhecimento da diversidade linguística, cultural, étnica e identitária que corresponde à atual demanda global, no pensar em sociedade e em políticas linguísticas. O “amor à pátria e o ódio às pátrias”.

Considerações Finais

Neste artigo visamos discutir acerca de algumas características sociais e culturais que estão refletidas através do Português Brasileiro e salientar as políticas linguísticas bem sucedidas que vêm ocorrendo no contexto mundial, fruto do progresso econômico obtido pelo Brasil nas últimas décadas.

Também, visamos aqui levantar as questões de representação, nacionalidade e identidade globalizada, como uma reflexão oportuna e válida para todos os contextos nacionais, tanto em uma perspectiva cultural quanto linguística.

Finalmente, lança-se luz, também, à ideia de Identidade Nacional em favor da heterogeneidade cultural e linguística na qual se aceite e respeite que “A mudança linguística é um processo contínuo e o subproduto inevitável da interação linguística” (LABOV et al. (2006, p. 87), pois se trata de um dos componentes identitários brasileiros, incorporado às suas representações, porém exportado pejorativamente e encarado da mesma maneira dentro da própria Nação. Evoca-se, aqui, o trecho final do microconto “Amor à pátria, ódio

às pátrias": "É por isso que se deve eliminar a estupidez, porque ela torna estúpido aquele com quem cruza".

Referências

ANDERSON, B. *Imagined Communities. Reflexions on the origin and spread of nationalism*. Londres – Nova Iorque: Ed Verso, 1983.

ALMEIDA FILHO, J.C.P. *Fundamentos de Abordagem e Formação no Ensino de PLE e de Outras Línguas*. Campinas, SP: Pontes, 2011.

ALMEIDA,P; CAMPOS ALMEIDA, A.L. A construção de identidades em cenários de pluralidade linguística e cultural. In: CAVALLARI, J.S; UYENO, E, Y. (Orgs.). *Bilinguismos: Subjetivação e Identificações nas-pelas Línguas Maternas e Estrangeiras*. Campinas, SP: Pontes, 2011.

BARRIOS, G. Discursos hegemónicos y representaciones lingüísticas sobre lenguas en contacto y de contacto: español, portugués y portunhol fronterizos. In: HORA, D; LUCENA, R. M. (orgs.). *Políticas Linguísticas na América Latina*. João Pessoa: Ideia, 2008, p. 79-103.

BEZERRA DE MENESES, U. Identidade cultural e arqueologia. In: BOSI, A. *Cultura Brasileira*. São Paulo: Ática, 1987.

BRANDÃO, C.R. *Identidade e Etnia. Construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRECHT, B. *As Histórias do Sr. Keuner*. Porto: Campo das Letras, 2007.

CAHEN, M. Lusitanidade e lusofonia: considerações conceituais sobre realidades sociais e políticas. Disponível em:
<http://www.pluralpluriel.org/index.php?option=com_content&view=article&id=275:lusitanidade-e-lusofonia-consideracoes-conceituais-sobre-realidades-sociais-e-politicas&catid=77:numero-7-langue-voix-cultures&Itemid=5>. Acesso em: 15 jan. 2013.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976.

CAVALLARI, J. S. O lugar da língua materna na constituição identitária do sujeito bilíngue. In: CAVALLARI, J.S; UYENO, E. Y. (Orgs.). *Bilinguismos:*

Subjetivação e Identificações nas-pelas Línguas Maternas e Estrangeiras.
Campinas, SP: Pontes, 2011, p. 127-145.

CUNHA, M.C. *Antropologia: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FARACO, C. A. Norma- padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, M. (Org.) *Norma Línguística*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HALL, S. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro, RJ: DPA editora, 2000.

HUELVA UNTERNBAUMEN, E. *Cultura e competência sociocultural no ensino de espanhol como língua estrangeira/Cultura y competencia sociocultural en la enseñanza del español como lengua extranjera*. Brasília, DF: Consejería de Educación de la Embajada de España, Secretaría General Técnica, 2015.

LABOV, W; WEINREICH, U; HERZOG, I, M. *Fundamentos empíricos de uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola, 2006.

RUBEN, G. R. *O que é nacionalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SAVEDRA, M. S. G. Línguas majoritárias e minoritárias no Mercosul: a questão de línguas oficiais, línguas de trabalho e línguas de ensino. In: HORA, D; LUCENA, R. M. (Orgs.). *Políticas Linguísticas na América Latina*. João Pessoa: Ideia, 2008. pp.115-125.

ROMAINE, S. *Bilingualism*. Oxford: Blackwell, 1995.

TOURAIN, A. *Podemos vivir juntos: Iguales y diferentes*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 1996.